CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – CORE/RS

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

ADVOGADO

TARDE

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Fim do *home office*? Entenda o declínio do trabalho remoto no mundo

A palavra "teletrabalho" surgiu pela primeira vez em 1976, cunhada pelo ex-cientista da Nasa *Jack Nilles*. A *internet* sequer existia, e as tecnologias de comunicação restringiam-se ao telefone fixo. Mas os avanços científicos já abriam espaço para todo tipo de previsão, mais ousadas que fossem.

Apenas três anos depois a americana IBM, pioneira do setor de computação, colocou uma equipe de apenas cinco pessoas para trabalhar à distância. Em 1983, já eram quase dois mil funcionários nessa espécie de experimento piloto.

Foi só na década de 1990, porém, que a ideia de trabalhar longe do escritório começou a tomar forma, com a popularização da *internet* e dos computadores pessoais. O futuro parecia tão promissor que até *Peter Drucker*, o pai da administração moderna, se convenceu de que um dia os escritórios seriam desnecessários.

Mesmo com todas as maravilhas da ciência, que colocou um computador na palma da mão de cada um, o *home office* nunca pegou de verdade. Ficou restrito a poucos contextos e áreas específicas. Em 2014, uma grande pesquisa da IBM cobrindo vários países anglófonos descobriu que apenas 9% dos profissionais faziam teletrabalho – sendo que só metade destes passavam todo o tempo ou a maior parte dele no modo remoto. No Brasil, em 2019, um dado parecido do IBGE: só 5,2% dos brasileiros com emprego faziam *home office* (excluídos da conta os empregados no setor público e os trabalhadores domésticos).

Até que veio a pandemia, e todo mundo foi forçado a se adaptar do dia para a noite a um regime remoto. Apesar do caos, a transição veio para provar que *Peter Drucker* estava certo. A revista *The Economist* chegou a se perguntar, ainda em abril de 2020, se essa seria a "morte do escritório". Mesmo com o eventual arrefecimento da pandemia, não era mais esdrúxulo ou utópico exigir um modelo flexível de trabalho. Pelo contrário. O *home office* passou a ser uma das prioridades para candidatos no mundo todo.

Mas o jogo parece ter virado: empresas que adotaram regimes superflexíveis na pandemia começam a apertar o cerco e convocar os funcionários para cada vez mais dias de trabalho presencial – em muitos casos, todos os dias. Novas vagas 100% remotas minguaram no mercado. Será que a era do *home office* não passou de um breve sonho?

Ninguém esperava que os escritórios de fato ficassem vazios para sempre, claro. O ponto pacífico era a universalização do trabalho híbrido. Radicais *anti-home office* passaram a ser malvistos. O caso mais emblemático foi o de *Elon Musk*. O bilionário chegou a chamar o trabalho remoto de "moralmente errado" e decretou que todos voltassem aos escritórios de suas empresas.

Esse tipo de visão ainda permanece relativamente raro. O xis da questão é outro: quanto tempo da jornada ceder para o presencial? Para trabalhadores, o natural seria passar a maior parte da semana em casa – pelo menos três dos cinco dias úteis. Para empresas, o oposto.

Criou-se um cabo de guerra, e que agora vive um desequilíbrio de forças. Nos últimos meses, empresas começaram a puxar os trabalhadores de volta para o escritório aos montes. Muitas que tinham regime totalmente remoto migram para o híbrido; e as que já estavam nesse modelo pedem cada vez mais dias de trabalho presencial. Em muitas, o *home office* virou só mais um agrado de um único dia para os funcionários – em geral na sexta-feira, à *la short fridays*.

O fenômeno é visto com mais clareza entre as grandes multinacionais americanas, que ditam as tendências do universo do trabalho mundo afora. A titânica gestora de fundos *BlackRock*, por exemplo, exigiu que, até setembro, todos os seus funcionários voltem a trabalhar ao menos quatro dias no escritório; antes, cobravam três dias. Já bancões como *Goldman Sachs* e *JP Morgan* passaram a exigir a semana inteira no presencial, como *Musk.*

A estratégia mais comum tem sido essa: atrair os profissionais antigos aos poucos de volta para o escritório, mantendo um certo modelo híbrido, mas abrir novas vagas só para o trabalho presencial.

Há uma explicação clara para o porquê de a maioria das empresas comprar essa briga. Durante a pandemia, o mundo passou por um fenômeno bastante singular: faltaram candidatos e sobraram vagas, especialmente em áreas que exigem maior qualificação. Isso deu um enorme poder de escolha a muitos profissionais, que puderam se dar ao luxo de sair de seus empregos em busca de vagas melhores – não só em termos de salário, diga-se, mas também em relação à flexibilidade de tempo.

Só que o jogo virou. No começo de 2023, uma onda de demissões em massa – os *layoffs* – tomou conta do mercado de trabalho, afetando principalmente o setor de tecnologia e as *startups*, justamente onde o modelo remoto era mais forte. Trabalhadores se viram acuados, com menos poder de escolha. O cabo de guerra ficou desequilibrado, e há um claro descompasso entre trabalhadores e empresas, mesmo as que oferecem modelo híbrido.

No Brasil, dados da consultoria de recrutamento *Robert Half* confirmam a resistência dos profissionais ao retorno integral. 76% consideram o modelo híbrido ideal, e 38% afirmam que buscariam outro emprego caso o atual decretasse a volta definitiva ao presencial. Faz sentido que trabalhadores tenham se apegado com força ao *home office*. Ele traz diversos benefícios. O mais citado é a economia de tempo e dinheiro com a locomoção. Além disso, o ambiente de casa também pode ser melhor para determinadas atividades – aquelas tarefas longas, que exigem concentração.

Só que toda essa lista bate de frente com um argumento das empresas, difícil de combater: o da produtividade. Líderes alegam que profissionais não entregam o mesmo quando estão em *home office*, o que justificaria a volta ao escritório. Mas será que é verdade mesmo?

Há diversas hipóteses para explicar a piora da performance no remoto, ainda que os pesquisadores estejam relutantes em bater o martelo. Uma delas é a comunicação dificultada – no escritório, estamos a todo tempo conversando com os colegas, pedindo ajuda, conselhos. Um tutorial de como acessar uma determinada ferramenta no computador, por exemplo, levaria alguns segundos cara a cara; no remoto, só de planejar e executar uma videochamada já se queima alguns minutos. Quem vai ao escritório aprende mais – e ensina mais. A falta de interação também pode prejudicar a criatividade. Novas ideias costumam surgir nos almoços ou conversas despretensiosas durante o expediente, afinal.

Há um ponto central, porém. A queda de produtividade acontece somente no modelo totalmente remoto; o híbrido, por sua vez, parece não representar uma diferença considerável em relação ao totalmente presencial. Faz sentido: tarefas que dependem mais de interação podem ser concentradas nos dias do escritório; as que exigem mais concentração e conforto, em casa.

O híbrido, então, termina com uma vantagem sobre o presencial. Além de não diminuir a produtividade (e possivelmente até melhorá-la um pouco), é associado a uma sensação maior de bem-estar dos trabalhadores – o que, para as empresas, tem impacto direto na retenção e atração de talentos.

Faz pouco sentido, então, que companhias insistam na volta do modelo antigo, totalmente presencial. Ainda que seja natural a balança pesar mais para o lado do escritório, uma postura intransigente pode ser um tiro no pé das empresas.

Em vez de caçar apenas os dados e argumentos que defendem um lado ou o outro, o mais racional é tentar minimizar os problemas de cada regime e maximizar seus benefícios.

Prever o futuro do trabalho tende a ser furada. Mas é seguro dizer que, depois de três anos de inovação, dificilmente ele voltará a ser o mesmo. O regime híbrido, que já é norma, seguirá como um personagem importante dessa novela. Trabalhadores querem mais flexibilidade e conforto; empresas desejam mais produtividade e mais talentos. Ao mesmo tempo, ambos os lados têm de ceder um pouco. Resta saber o quanto a corda vai esticar para cada time.

(Disponível em: https://vocesa.abril.com.br/carreira/e-o-fim-do-home-office-entenda-o-declinio-do-trabalho-remoto-no-mundo/. Acesso em: 11/08/2023. Fragmento.)

Questão 01

De acordo com o texto, é correto afirmar que:

A) O trabalho remoto foi criado no período da pandemia.
B) O teletrabalho é uma consequência do surgimento da *internet*.
C) As empresas insistem na decisão de manterem seus colaboradores no *home office.*
D) O modelo híbrido de trabalho seria a solução para a disputa entre empresas e trabalhadores.

Questão 02

Das alternativas a seguir, assinale aquela que caracteriza denotação.

A) "[...] *ainda que os pesquisadores estejam relutantes em bater o martelo*." (16º§)
B) "*Novas ideias costumam surgir nos almoços ou conversas despretensiosas durante o expediente, afinal*." (16º§)
C) "*Ainda que seja natural a balança pesar mais para o lado do escritório, uma postura intransigente pode ser um tiro no pé das empresas*." (19º§)
D) "*Mesmo com toda as maravilhas da ciência, que colocou um computador na palma da mão de cada um, o home office nunca pegou de verdade*." (4º§)

Questão 03

Considerando a distinção entre frase, oração e período, assinale o trecho que é classificado como frase nominal.

A) "*Pelo contrário*." (5º§)
B) "*Só que o jogo virou*." (13º§)
C) "*Esse tipo de visão ainda permanece relativamente raro.*" (8º§)
D) "*Ainda que seja natural a balança pesar mais para o lado do escritório, uma postura intransigente pode ser um tiro no pé das empresas*." (19º§)

Questão 04

"*Em muitas, o home office virou só mais um agrado de um único dia para os funcionários – em geral na sexta-feira, à la short fridays*." (9º§). Sobre o trecho em análise, assinale a afirmativa correta.

A) O verbo "virou" se clasifica como transitivo indireto.
B) No trecho "em muitas" ocorre a elipse do termo "empresa".
C) "*Home office"* se classifica como sujeito composto do verbo "virou".
D) O trecho "só mais um" dá a ideia de superioridade ao termo *"home office*".

Questão 05

As palavras podem apresentar significados que variam de acordo com o contexto de uso. Em: "*Mesmo com o eventual arrefecimento da pandemia, não era mais esdrúxulo ou utópico exigir um modelo flexível de trabalho*." (5º§), as palavras sublinhadas podem ser substituídas, respectivamente, sem alteração de sentido por:

A) Auge e vulgar.
B) Ânimo e trivial.
C) Controle e incomum.
D) Esfriamento e normal.

Questão 06

Morfologicamente, as palavras são separadas em classes. Assinale a alternativa que identifica corretamente a classe gramatical da palavra sublinhada.

A) "*Será que a era do home office não passou de um breve sonho*?" (6º§) – (advérbio)
B) "*Há uma explicação clara para o porquê de a maioria das empresas comprar essa briga*." (12º§) – (substantivo)
C) "*Mas os avanços científicos já abriam espaço para todo tipo de previsão, mais ousadas que fossem*." (1º§) – (substantivo)
D) "*Apenas três anos depois a americana IBM, pioneira do setor de computação, colocou uma equipe de apenas cinco pessoas para trabalhar à distância*." (2º§) – (preposição)

Questão 07

De acordo com o texto, empresas decidiram que seus trabalhadores voltem ao trabalho presencial. Assinale a afirmativa que NÃO justifica esta decisão.

A) No *home office* a produtividade dos trabalhadores diminuiu.
B) O trabalho presencial facilita a comunicação entre os trabalhadores por estarem mais próximos.
C) Em casa, por ser um ambiente mais descontraído e confortável, prejudica a conclusão de tarefas que exigem mais concentração.
D) A ausência nos escritórios pode comprometer a criatividade dos trabalhadores, pois é na interação com o outro que as ideias podem surgir.

Questão 08

Os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Eles podem acompanhar ou substituir um nome. Assinale a alternativa cujo pronome sublinhado substitui o termo indicado.

A) "*Faz sentido que trabalhadores tenham se apegado com força ao home office. Ele traz diversos benefícios*." (14º§) – trabalhadores
B) "*Prever o futuro do trabalho tende a ser furada. Mas é seguro dizer que, depois de três anos de inovação, dificilmente ele voltará a ser o mesmo*." (21º§) – futuro
C) "*Em 2014, uma grande pesquisa da IBM cobrindo vários países anglófonos descobriu que apenas 9% dos profissionais faziam teletrabalho – sendo que só metade destes passavam todo o tempo ou a maior parte dele no modo remoto*." (4º§) – países
D) "*Nos últimos meses, empresas começaram a puxar os trabalhadores de volta para o escritório aos montes. Muitas que tinham regime totalmente remoto migram para o híbrido; e as que já estavam nesse modelo pedem cada vez mais dias de trabalho presencial*." (9º§) – empresas

Questão 09

No trecho "*No começo de 2023, uma onda de demissões em massa – os layoffs – tomou conta do mercado de trabalho, afetando principalmente o setor de tecnologia e as startups, justamente onde o modelo remoto era mais forte*." (13º§), o uso do termo "onde" se justifica por

A) apresentar noção de movimento.
B) se tratar de um advérbio interrogativo.
C) ser um pronome relativo, ligando um termo ao outro.
D) possuir noção de lugar, no sentido estático, permanente.

Questão 10

Em "*Só que toda essa lista bate de frente com um argumento das empresas, difícil de combater: o da produtividade*." (15º§) A expressão sublinhada pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por:

A) Assim.
B) Todavia.
C) Por isso.
D) Portanto.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

A pedido do CORE-RS, certo advogado está conduzindo um treinamento para 9 representantes comerciais. Durante todo o treinamento, os representantes foram divididos em três grupos conforme a tabela a seguir:

Grupos	Representantes
I	2
II	3
III	4

Para a próxima atividade, o advogado deverá escolher três representantes para formar uma equipe, sendo pelo menos um do grupo III. De acordo com tal restrição, quantas equipes distintas o advogado poderá formar?

A) 66.
B) 74.
C) 80.
D) 84.

Questão 12

O advogado de um Conselho Regional de Representantes Comerciais monitora 45 processos atualmente. Sabe-se que 30 processos foram julgados e os demais continuam tramitando na Justiça Federal. Além disso, 60% dos processos que continuam em tramitação são oriundos do interior do Estado e 20% dos processos julgados são oriundos da capital do Estado. Com base nestas informações, o número de processos que continuam em tramitação ou são oriundos do interior do Estado é:

A) 28.
B) 33.
C) 39.
D) 48.

Questão 13

Sobre cinco servidoras do CORE/RS, foram feitas as seguintes afirmações:

I. Se Edna é técnica em informática, então Dalila é assistente jurídica.
II. Se Adriana é advogada, então Beatriz é assistente administrativa.
III. Se Cecília é fiscal, então Beatriz não é assistente administrativa.
IV. Dalila é assistente jurídica ou Cecília é fiscal.

Considerando que a primeira afirmação é falsa e as demais são verdadeiras, é logicamente verdadeiro que:

A) Cecília não é fiscal.
B) Adriana é advogada.
C) Edna não é técnica em informática.
D) Beatriz não é assistente administrativa.

Questão 14

Em certa audiência no Conselho Federal dos Representantes Comerciais encontram-se 19 advogados provenientes de diferentes Estados brasileiros. Os advogados foram questionados a respeito da atribuição principal junto aos seus respectivos conselhos. A tabela a seguir apresenta os resultados:

Atribuições principais	Advogados
Controlar os prazos processuais e as petições iniciais	5
Elaborar pareceres jurídicos	4
Realizar acordos extrajudiciais e judiciais	7
Controlar e coordenar os prazos referentes aos processos físicos	3

Qual o menor número de advogados deve ser selecionado para garantir que haja pelo menos um advogado de cada atribuição principal?

A) 4.
B) 9.
C) 12.
D) 17.

Questão 15

Considere que o setor de tecnologia da informação do CORE-RS elaborou um mapa do Estado para investigar se há algum padrão espacial nas denúncias formalizadas junto ao Conselho no ano de 2022. O mapa possui uma escala de 1:10.000, isto é, uma unidade no mapa corresponde a 10 mil unidades no terreno real. Se um advogado detecta uma faixa de 0,2 dm no mapa com intensas irregularidades, qual a distância equivalente no Estado?

A) 0,2 km.
B) 2 km.
C) 20 km.
D) 2.000 km.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Fernanda, representante comercial do setor de vestuário feminino, entrou em contato com o departamento jurídico do CORE-RS buscando dirimir suas dúvidas em relação à rescisão do contrato de representação comercial. O servidor do CORE-RS lhe passou os seguintes esclarecimentos:

I. A prática de atos que importem em descrédito comercial.
II. A quebra, direta ou indireta, da exclusividade, se prevista no contrato.
III. A falta de cumprimento de quaisquer obrigações inerentes ao contrato de representação comercial.
IV. A fixação abusiva de preços em relação à zona do representante, com o exclusivo escopo de impossibilitar-lhe ação regular.

Dos esclarecimentos fornecidos a Fernanda, são considerados motivos justos para rescisão do contrato de representação comercial pelo representado o que se afirma apenas em

A) I e III.
B) I e IV.
C) II e III.
D) II e IV.

Questão 17

Sobre o processo disciplinar à luz do Código de Ética dos Representantes Comerciais, é correto afirmar que:

A) O processo será iniciado por determinação do presidente do Conselho Federal dos Representantes Comerciais que, por meio de memorando interno, distribuirá a um de seus membros para presidi-lo.
B) O indiciado será intimado para tomar ciência do inteiro teor da representação e terá o prazo máximo de cinco dias para ofertar defesa prévia, a qual deverá ater-se aos termos; aos objetivos da representação; e, à produção de provas.
C) Apresentada a defesa prévia, ou decorrido o prazo para fazê-la, o presidente do processo determinará, por meio de certidão nos autos do processo, no prazo máximo de dez dias, para que se produzam as provas necessárias à apuração da representação.
D) Para todas as provas e diligências do processo, o presidente determinará com antecedência mínima de três dias, a intimação do indiciado e de seu advogado; se o indiciado, desde que tenha sido intimado pessoalmente, deixar de comparecer a qualquer um dos atos ou termos do processo, a instrução prosseguirá independentemente de nova intimação.

Questão 18

O contrato de representação comercial deve cumprir alguns requisitos previstos pela Lei Federal nº 4.886/1965, que dispõe sobre as condições gerais mínimas que, obrigatoriamente, devem estar previstas no contrato que envolve o representante e o representado. Considerando as informações anteriores, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) No contrato de representação comercial deverão constar as condições e os requisitos gerais da representação.
( ) Os casos em que se justifique a restrição de zona concedida com exclusividade deverão estar obrigatoriamente explícitos no contrato de representação.
( ) O contrato com prazo determinado, uma vez prorrogado o prazo inicial, tácita ou expressamente, torna-se a prazo indeterminado.
( ) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de seis meses, a outro contrato, com ou sem determinação de prazo.

A sequência está correta em

A) V, V, V, V.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) F, F, F, F.

Questão 19

A sociedade empresária Contente S/A celebrou contrato de agência com sociedade empresária WES Ltda., que assumiu a obrigação de, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, promover, mediante retribuição financeira, a representação comercial dos produtos da Contente S/A, com exclusividade, nos municípios integrantes da região metropolitana da cidade do Porto. Considerando a situação hipotética narrada e as disposições legais a respeito do contrato de agência, assinale a afirmativa correta.

A) Não há ilegalidade quanto à delimitação de zona geográfica para a atuação exclusiva da sociedade empresária WES Ltda.
B) No contrato de distribuição, a remuneração à sociedade empresária WES Ltda. somente será devida se realizada dentro de sua zona de atuação exclusiva e com a sua intervenção.
C) Salvo ajuste, a proponente, sociedade empresária Contente S/A, pode constituir, ao mesmo tempo, mais de um agente na mesma zona de atuação da sociedade empresária WES Ltda., com idêntica incumbência.
D) Aplicam-se ao contrato de agência e distribuição celebrados entre a sociedade empresária Contente S/A e à sociedade empresária WES Ltda., no que couber, as regras concernentes ao contrato de trabalho eventual.

Questão 20

Os Conselhos Regionais deverão destinar recursos próprios para atividade finalística de fiscalização profissional, de acordo com sua capacidade financeira, os quais serão integrados à proposta orçamentária da entidade, compondo a prestação de contas enviada ao Conselho Federal. São considerados gastos exclusivos com atos de fiscalização do exercício profissional com EXCEÇÃO de:

A) Transporte do agente fiscal e eventuais colaboradores de apoio.
B) Salários e encargos do coordenador, supervisor, chefe, agentes fiscais e apoio administrativo da fiscalização.
C) Auxílio-representação aos conselheiros que representarem o Conselho Regional em reuniões e eventos voltados ao desenvolvimento da fiscalização do exercício profissional.
D) Telefonia móvel particular do agente fiscal, bem como custo com a realização e divulgação de eventos em datas comemorativas voltadas aos representantes comerciais e às empresas representadas.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Sobre revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal, o direito da administração de anular e revogar seus próprios atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários

A) prescreve em 3 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, a exceção das situações flagrantemente inconstitucionais, que não se convalidam com o mero decurso do tempo. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.
B) decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, a exceção das situações flagrantemente inconstitucionais, que não se convalidam com o mero decurso do tempo. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
C) ainda que digam respeito a situações flagrantemente inconstitucionais, decai em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, em razão da preservação dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do último pagamento.
D) ainda que digam respeito a situações flagrantemente inconstitucionais, prescreve em 5 anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé, em razão da preservação dos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

Questão 22

Em determinado processo administrativo instaurado para a compra de mobílias de escritório no montante de R$ 49.200,00, a assessoria jurídica do CORE-RS foi instada a emitir parecer jurídico prévio à realização do ato objeto da análise, inclusive quanto à possibilidade de contratação direta. O desfecho opinativo foi integralmente adotado pela autoridade administrativa competente. "Sobre as normas do processo administrativo (Lei nº 9.784/1999) e as normas licitatórias (Lei nº 14.133/2021) aplicadas ao caso hipotético apresentado, é correto afirmar que, ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para a assessoria jurídica da administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da licitação no prazo máximo de _____ dias. O parecer opinará pela _____ de dispensa de licitação, em razão de o montante da contratação desses bens _____." Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

A) 30 / possibilidade / ser inferior a R$ 50.000,00
B) 15 / possibilidade / ser inferior a R$ 50.000,00
C) 30 / impossibilidade / não ser até R$ 40.000,00
D) 15 / impossibilidade / ser superior a R$ 40.000,00

Questão 23

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, "a Administração Pública assujeita-se a múltiplos controles, no afã de impedir-se que desgarre de seus objetivos, que desatenda as balizas legais e ofenda interesses públicos ou dos particulares". Sobre o controle da Administração Pública e suas classificações, pode-se afirmar que:

A) Somente o Poder Executivo exerce o controle prévio, quando, por exemplo, o Presidente da República veta projeto de lei considerado inconstitucional.
B) A necessidade de aprovação, pelo Senado Federal, de ministro do STF, indicado pelo Presidente da República, é exemplo de controle posterior externo.
C) O recurso contra decisão tomada por autarquia federal endereçado ao ministro da pasta à qual se vincula a entidade, denominado de hierárquico impróprio, é exemplo de controle interno exterior.
D) O controle exercido por um órgão sobre outro dentro do CORE é classificado como externo, já que não se dá no âmbito do próprio órgão controlado. Ademais, os agentes públicos responsáveis por tal controle têm o dever de dar ciência ao Tribunal de Contas, caso tomem conhecimento de quaisquer irregularidades ou ilegalidades, sob pena de responderem subsidiariamente com o responsável pela ilegalidade ou irregularidade.

Questão 24

De acordo com a professora Maria Sylvia Di Pietro, "desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o poder público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização". Sobre esta intervenção administrativa, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Compete somente à União a desapropriação de imóvel rural destinado à reforma agrária.
B) Para que a desapropriação de imóvel se consolide, é necessária a prévia e justa indenização em dinheiro.
C) As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário.
D) A desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana tem lugar quando o imóvel tem aproveitamento inferior ao mínimo definido na legislação dele decorrente. Tal prerrogativa é de competência de todos os entes da Federação e se perfaz com pagamento indenizatório feito em dinheiro.

Questão 25

Conforme estabelece a Lei nº 8.429/1992 (LIA), que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa e a ação correspondente,

A) a ação para a aplicação das sanções previstas na LIA prescreve em 5 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, não importando qual seja o enquadramento legal.
B) em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica.
C) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade, cuja instauração suspende o curso do prazo prescricional, será concluído no prazo de 90 dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão do Ministério Público, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
D) o responsável pelo ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito está sujeito às penas de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos até 12 anos, pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano e proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo não superior a 12 anos, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.

Questão 26

Assegurada pela Constituição Federal, a liberdade de associação decorre da manifestação de vontade dos indivíduos que se agregam para a realização de um propósito em comum. A prerrogativa de que goza o indivíduo para se comprometer com sócios em prol de uma mesma finalidade deve, todavia, respeitar os limites a todos impostos de igual forma coletivamente. Sobre tal direito individual, na forma do texto constitucional,

A) em nenhuma hipótese alguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
B) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicialmente independente de autorização.
C) as associações só poderão ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se para tanto o trânsito em julgado.
D) a criação de cooperativas depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento quando expressamente previsto em lei.

Questão 27

A Constituição Estadual sofreu emenda, cujo teor consiste na previsão de que os serviços públicos de saneamento e de abastecimento de água devem passar a ser prestados por pessoas jurídicas de direito público ou por sociedade de economia mista sob controle acionário e administrativo do poder público estadual ou municipal. De acordo com as normas que versam sobre a organização do Estado estabelecidas pelo constituinte, a emenda

A) transgride a competência da União para instituir normas gerais para promover a melhoria das condições de saneamento básico.
B) usurpa a competência dos Municípios, pois compete a eles a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico que são de interesse local.
C) respeita a competência legislativa residual estadual para suplementar normas gerais sobre licitação e contrato administrativo na Administração Pública direta e indireta.
D) segue a previsão constitucional que incumbe ao poder público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Questão 28

Ao Poder Legislativo compete acompanhar a execução orçamentária e financeira e, ainda, contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício da sociedade, com o auxílio do Tribunal de Contas. No âmbito estadual cabe diretamente à Assembleia Legislativa Estadual julgar, anualmente, as contas prestadas

A) pelo Governador.
B) pela Mesa da Assembleia Legislativa.
C) pelo Presidente do Tribunal de Justiça.
D) por órgão da Administração Pública indireta.

Questão 29

O mandado de segurança coletivo é uma ação que visa assegurar o direito líquido e certo de associados, substituídos processualmente por, dentre outros legitimados, associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano. Para a impetração do mandado de segurança coletivo é desnecessária a autorização expressa dos associados, a relação nominal destes, bem como a comprovação de filiação prévia se estiver no polo ativo a Associação

A) de Finalidade Social Indeterminada.
B) Brasileira de Contribuintes de Tributos.
C) Nacional de Consumidores e Fornecedores.
D) dos Oficiais Militares do Estado do Rio Grande do Sul.

Questão 30

Os agentes econômicos são regulados por um conjunto de normas que visam assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social por intermédio de um modelo de Estado intervencionista, capaz de atuar na ordem econômica quando necessário ao bem-estar social. A ordem econômica é fundada na:

A) Livre iniciativa.
B) Livre concorrência.
C) Propriedade privada.
D) Função social da propriedade.

Questão 31

Em determinada cidade, Pedro adquiriu um terreno de forma irregular, sabendo que o vendedor não possuía a devida autorização para efetuar a venda. Pedro plantou laranja no referido terreno e comercializa os frutos plantados e colhidos. Após alguns meses, o verdadeiro proprietário do terreno descobriu a ocupação indevida e decidiu entrar com uma ação de reintegração de posse para reaver o imóvel. Em relação aos frutos plantados, colhidos e percebidos, assinale a afirmativa correta.

A) Pedro terá direito aos frutos percebidos enquanto a boa-fé dele durar.
B) Pedro terá direito aos frutos pendentes enquanto durar a boa-fé e ao tempo em que cessar a boa-fé estes devem ser restituídos, depois de deduzidas as despesas da produção e custeio; devem também ser restituídos os frutos colhidos com antecipação.
C) Pedro, considerado possuidor de má-fé, responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
D) Pedro, considerado possuidor de má-fé, responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de boa-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.

Questão 32

Os vícios redibitórios e a evicção são conceitos relacionados ao direito civil, especificamente no âmbito dos contratos de compra e venda. Eles dizem respeito a defeitos ou problemas que podem surgir após a conclusão de uma transação, afetando a validade ou a qualidade do objeto vendido. Sobre os referidos defeitos, analise as afirmativas a seguir.

I. Se o alienado conhecia o vício ou defeito da coisa, restituirá o que recebeu com perdas e danos; se o não conhecia, tão somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.

II. Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de cento e oitenta dias, em se tratando de bens móveis; e, de um ano, para os imóveis.

III. Não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, se esta se der, tem direito o evicto a receber o preço que pagou ela coisa evicta, se não soube do risco da evicção, ou, dele informado, não o assumiu.

IV. Se o adquirente tiver auferido vantagens das deteriorações, e tiver sido condenado a indenizá-las, o valor das vantagens será deduzido da quantia que lhe houver de dar o alienante.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e III.
B) II e III.
C) II e IV.
D) III e IV.

Questão 33

A intervenção de terceiros é uma figura jurídica prevista no Código de Processo Civil (CPC) que permite a participação de pessoas que não são partes diretamente envolvidas em um processo judicial, mas possuem interesse na sua resolução. Essa participação é realizada de forma espontânea ou provocada, com o objetivo de influenciar ou garantir o resultado da demanda em curso. Sobre à assistência, denunciação à lide e chamamento ao processo, analise as afirmativas a seguir.

I. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e, ainda, ser promovida no prazo de trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

II. Se o denunciante for vencido na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denunciação da lide.

III. Se o denunciante for vencido, a ação de denunciação não terá o seu pedido examinado, sem prejuízo da condenação do denunciante ao pagamento das verbas de sucumbência em favor do denunciado.

IV. A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I e II.
B) II e III.
C) II e IV.
D) III e IV.

Questão 34

O mandado de segurança é uma ação judicial prevista na Constituição Federal do Brasil e regulamentada pela Lei nº 12.016/2009. Essa ação objetiva proteger direitos individuais ou coletivos, líquidos e certos, que estejam sendo ameaçados ou violados por ato de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. O mandado de segurança é uma medida judicial que visa garantir o cumprimento de direitos que são considerados fundamentais e que não podem esperar uma decisão demorada em um processo comum. O mandado de segurança é uma importante ferramenta de garantia de direitos fundamentais e de controle da legalidade dos atos da Administração Pública, assegurando a efetiva proteção de interesses individuais e coletivos contra abusos e ilegalidades cometidas por autoridades ou agentes do Estado. Assim, assinale a afirmativa correta.

A) O pedido de mandado de segurança não poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
B) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá apelação para o órgão competente do tribunal que integre.
C) Será decretada perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de cinco dias úteis, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
D) A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em duas vias com os documentos que instruírem a primeira, reproduzidos na segunda, e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

Questão 35

A empresa *e-cosmetics Ltda.* fundada no ano 2000 atuava no ramo de representação de cosméticos variados até o encerramento de suas atividades, com baixa da empresa em dezembro de 2016. A referida empresa encontrava-se, desde a sua constituição, devidamente registrada no CORE-RS. Ante a ausência de comunicação de encerramento de suas atividades ao CORE-RS, as anuidades dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 foram geradas e cobradas em procedimento de execução fiscal, ajuizada em 2023. Diante da situação hipotética apresentada, podemos afirmar que o crédito tributário é

A) devido, visto que o fato gerador da contribuição paga ao CORE-RS é a inscrição ativa.
B) devido, visto que o registro da empresa no CORE-RS é requisito para o exercício da atividade empresarial.
C) parcialmente devido, visto que as anuidades relativas aos anos de 2017 e 2018 encontram-se prescritas.
D) indevido, visto que o fato gerador da contribuição paga ao CORE-RS, por se tratar de pessoa jurídica, é o efetivo exercício da atividade sujeita a registro.

Questão 36

O CORE-RS possui em determinado prédio comercial situado no centro de Porto Alegre diversas salas, onde se encontra instalada a sua sede. Algumas salas, de sua propriedade, neste mesmo endereço, estão alugadas para particulares. Diante da situação narrada e à luz da legislação e jurisprudência em matéria tributária, analise as afirmativas a seguir.

I. As salas que compreendem a sede do CORE-RS estão imunes ao pagamento de IPTU.
II. As salas comerciais de propriedade do CORE-RS e alugadas para particulares estão isentas ao pagamento de IPTU.
III. A imunidade conferida ao CORE-RS a todas as salas indicadas na situação hipotética decorrem de determinação Constitucional, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, estendido o benefício às autarquias e fundações públicas.

Está correto o que se afirma apenas em

A) I.
B) II.
C) III.
D) I e III.

Questão 37

Em 30 janeiro de 2014, foi realizado o bloqueio do valor de R$ 15.000,00 existente em conta salário da parte reclamada, para satisfação de crédito trabalhista. Considerando que o executado pretende manejar procedimento jurídico para desbloqueio do valor, assinale a afirmativa que indica o ato mais adequado.

A) O recurso cabível para desbloqueio é o agravo de petição que, neste caso, não precisa ser acompanhado de depósito recursal, já que o valor garante conhecimento e processamento do recurso.
B) Deve o executado impetrar mandado de segurança, pois o bloqueio ofende direito líquido e certo, visto que a norma vigente contém norma imperativa que não admite interpretação ampliativa.
C) No caso em comento, o recurso cabível são os embargos à execução; deverá ter como matéria de defesa as alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida.
D) Cabe recurso de embargos de declaração contra a decisão que determinou o bloqueio, uma vez que existindo contradição entre o entendimento jurisprudencial e a norma vigente deve haver aclaramento da decisão para desbloqueio da quantia.

Questão 38

A Boutique Toda Linda foi demandada por ex-funcionário na Justiça do Trabalho. Na inicial, o reclamante alega que as comissões das vendas foram pagas a menor, no percentual de 3%, pois foi utilizado o índice do acordo coletivo de trabalho. Em seu pedido, requer que a comissão das vendas seja calculada considerando a convenção coletiva de trabalho, que estabelece o percentual de 10%. Na audiência una foram presentes o reclamante e seu advogado, o advogado do reclamado, ausente o preposto da reclamada. Foram apresentados defesa escrita e documentos. Considerando tais informações e o disposto na CLT, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
B) Ainda que ausente o reclamado, presente o advogado na audiência, serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
C) Considerando que as alegações de fato formuladas pelo reclamante estão em contradição com prova constante dos autos, não haverá confissão quanto à matéria de fato.
D) Não caracteriza cerceamento do direito de defesa a determinação da exclusão da contestação e dos documentos a ela juntados, visto que a presença do advogado à audiência não é capaz, por si só, de elidir os efeitos da revelia.

Questão 39

A CLT possui normas que tratam sobre o princípio da imodificabilidade das condições contratuais. Sobre alteração, suspensão, interrupção e rescisão do contrato de trabalho, assinale a afirmativa correta.

A) O retorno do servidor público (administração direta, autárquica e fundacional) à jornada inicialmente contratada se insere nas vedações do da CLT.
B) A redução de salário, se for negociada entre empregador e sindicato profissional por acordo coletivo de trabalho, será válida nos termos da legislação constitucional.
C) Não é abusiva a transferência do empregado, para local mais distante de sua residência, ocorreu sem a necessidade do serviço, desde que tenha direito a suplemento salarial correspondente ao acréscimo da despesa de transporte.
D) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da prevalência de condição da norma mais benéfica em favor do trabalhador.

Questão 40

A norma celetista não prioriza a formalidade exteriorizada nos atos e negócios jurídicos, o que permite o reconhecimento da relação de emprego quando presentes os pressupostos dos Arts. 2º e 3º da CLT. A jurisprudência trabalhista, contudo, para decidir o litígio, examina o contexto fático real existente entre as partes, em vista do princípio jurídico especial trabalhista do princípio da

A) Primazia da Realidade.
B) Universalidade das Formas.
C) Irrenunciabilidade dos Direitos.
D) Continuidade da Relação de Emprego.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, será constituída de 1 (uma) questão discursiva relacionada aos conhecimentos específicos do cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de 1 (um) ponto a cada linha abaixo do limite mínimo exigido. As linhas que excederem ao limite máximo serão desconsideradas para fins de pontuação.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrever em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	18 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	12 pontos
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO	
1. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **2.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

"Não há nada mais relevante para a vida social que a formação do sentimento da Justiça."
(Ruy Barbosa.)

Segundo a Constituição da República: "Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei". A atuação do advogado, junto a autarquias, exemplificativamente, o CORE/RS é de fundamental importância, tanto para a busca de uma "justiça", no sentido de correta aplicação dos preceitos legais e garantia da legalidade dos atos, quanto para o auxílio aos gestores públicos, no sentido de compreenderem melhor os seus direitos e suas obrigações.

Tendo em vista a atuação como advogado parecerista, disserte sobre a improbidade administrativa e a responsabilidade civil do advogado público (em especial autárquico) por tese emitida em parecer de sua autoria. Considere em sua resposta:

A) indicação sobre a configuração ou não de improbidade administrativa por tese em parecer emitido por advogado público (em especial autárquico) e eventuais requisitos ou hipóteses de configuração (em especial no que tange à dispensa de licitação);
B) indicação sobre a possibilidade de responsabilização civil do advogado público (em especial autárquico) por tese em parecer de sua autoria, bem como eventuais requisitos e hipóteses de configuração de sua responsabilidade civil, em especial se o ato do gestor, fundado no parecer, gerar dano a terceiro estranho à Administração Pública direta ou indireta (em especial autárquica);
C) discorre sobre parecer fundado em tese doutrinária minoritária e sua validade jurídica; e,
D) abordar sobre o parecer jurídico de advogado público (em especial autárquico) enquanto vinculador da atuação do gestor público.

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.

3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.

4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para todos os cargos e uma Prova Discursiva apenas para o cargo de Advogado.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Advogado) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.

6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível médio e técnico e 4 (quatro) horas para o cargo de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Advogado).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções de respostas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (Prova Discursiva apenas para o cargo de Advogado) devidamente assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.

10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.

11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum dos candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.